

Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública*

Marcelo Bolshaw Gomes[†]
UFRN

Índice

1	Primeiro: o que é hermenêutica?	1
2	Isto nos leva ao segundo elemento: a teoria política.	5
3	O que é Discurso Político Mediado	8
4	A título de conclusão	17
5	Referências Bibliográficas	18

Resumo

Trata-se aqui da integração conceitual e teórica de três elementos distintos: a metodologia hermenêutica, a teoria (sociológica da) política e a noção de Imagem Pública.

1 Primeiro: o que é hermenêutica?

O método hermenêutico surgiu com a tradução da Bíblia judaica para o grego, por volta do ano zero e por muitos séculos foi associado à leitura do Velho Testamento. Por extensão, em teologia, a hermenêutica é o estudo dos diferentes sentidos das escrituras sagradas. Neste sentido, a palavra se confunde com a noção de 'leitura' ou interpretação. Porém, no campo do Direito, há

*Trabalho apresentado no 1o Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), UFBA, 2006.

[†]Jornalista, doutor em Ciências Sociais e professor de Comunicação da UFRN.

uma distinção e uma simetria entre esses termos. 'A Hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar' (MAXIMILIANO, 1997, p. 13). Não se deve, portanto, tomar 'hermenêutica' como sinônimo de 'interpretação', uma vez que a primeira descobre e fixa os princípios que norteiam a segunda. Uma é ciência; a outra, arte. Porém, além dos campos do Direito e da Teologia, houve uma progressiva generalização filosófica da noção de 'hermenêutica'.

Na modernidade, surgiu nas obras de W. Dilthey e Hans G. Gadamer como uma forma de transposição analógica da subjetividade, em que se pode compreender o outro a partir do próprio interior. No campo filosófico contemporâneo, a griff 'hermenêutica' caracteriza um grupo de autores europeus (Dumezil, Eliade, Ricoeur) que estudam a história das religiões (e do pensamento filosófico em geral) em uma perspectiva, ao mesmo tempo, arqueológica, fenomenológica e existencial. No entanto, aqui também existem convergências e divergências. Tanto há diferentes campos de investigação contemporânea em que a palavra 'hermenêutica' aparece como estudo do simbólico - na psicanálise dos sonhos e da imaginação, na crítica literária das imagens poéticas e no estudo dos mitos e das religiões em sociedades arcaicas.

Mas foi Paul Ricoeur o grande codificador da hermenêutica contemporânea, acrescentando à base teórica psicanalítica, outros conceitos e enfoques como a fenomenologia, a perspectiva historicista e o estruturalismo de Lacan. Em *O Conflito das Interpretações* (RICOEUR, 1988), a hermenêutica é uma parte da fenomenologia que estuda o simbólico. Enquanto o círculo de recorrência semiótica se limita ao universo dos interlocutores através do discurso, o círculo hermenêutico comporta ainda a presença de outros agentes e objetos em um universo mais vasto e aberto a influências inesperadas.

O círculo hermenêutico se caracteriza ainda pelo conflito entre duas estratégias de interpretação opostas, complementares e irreduzíveis: o discurso arqueológico e o discurso teleológico.

Estratégia Arqueológica	Estratégia Teleológica
Dialética entre passado e presente	Dialética entre presente e futuro
Causas, origem, determinantes	Finalidade, sentido, possibilidades
Estudo das Necessidades	Estudo das Probabilidades

Em meados dos anos 70, Ricoeur fez duas autocríticas: a noção de símbolo como duplo sentido da referência será reavaliada em relação à teoria da metáfora. As placas de trânsito são signos visuais (arbitrários); a mantra AUM é um símbolo sonoro. Mas, são exceções: a maioria dos signos é sonora; a maioria dos símbolos, visual. E a troca de foco da noção freudiana de símbolo pela de

metáfora se dá através de uma domesticação do caráter cognitivo da imagem – presente nas narrativas oníricas – pelo discurso verbal do texto escrito.

A *Metáfora Viva* (RICOEUR, 2000) traça uma teoria da metáfora passando por três domínios: a semiótica, a semântica e a hermenêutica. Ricoeur demonstra a diferença entre semiótica centrada na palavra ou de “um signo do código lexical” e da semântica centrada na frase de uma relação entre sujeito, objeto e uma ação verbal (p. 109). Neste contexto, a metáfora não mais um caso de “denominação desviante” mas, sim de “predicação impertinente”, em que o sentido se expressa.

	Unidade	Objeto	Expressividade
Semiótica	Signo	Palavra	Significante
Semântica	Frase	Enunciado	Conotação
Hermenêutica	Discurso	Texto	Mito - Imagem

A partir desta mudança do foco no simbólico-visual para o metafórico-discursivo, Ricoeur então, adotará uma definição mais ampla de sua filosofia da linguagem. O mais importante, no entanto, é que este enfoque permite localizar o lado estético do discurso político e o lado engajado do discurso artístico sem confundi-los. Mais que uma intercessão, a metáfora é um vértice em que os dois discursos nascem (e se renovam), se desenvolvendo em sentidos opostos: o discurso político em direção ao convencimento racional (flertando com o discurso científico) e o discurso poético, ao contrário, voltado para o êxtase e encantamento.

No livro *Teoria da Interpretação* (RICOEUR, 1999), a hermenêutica é a teoria da interpretação dos discursos e da dialética entre Explicação e Compreensão. 'Explicar' é quando tentamos descrever um fato ou objeto externo (a referência), em que nossas hipóteses, leis e teorias se submetem à verificação empírica da realidade, quando temos transmitir uma informação clara sobre algo. Explicar é uma operação analítica das formas discursivas e compreender é uma operação sintética do conteúdo proposicional do discurso. Compreensão é o entendimento semântico do que as mensagens significam.

A dialética entre explicação e compreensão tem um caráter tanto cognitivo quanto epistemológico. Do ponto de vista cognitivo, ela representa a relação dos interlocutores do discurso com a mensagem e sua referência; do ponto de vista epistemológico, a explicação tende à objetividade científica e à relação

	Referência	Mensagem
Emissor	Explicação	
Receptor		Compreensão

com o meio ambiente, enquanto a compreensão tende mais para intersubjetividade cultural. Devido a esta característica dupla - explicativa e compreensiva - muitos trabalhos utilizam a hermenêutica para estudar o discurso científico e para a análise compreensiva da arte, mas ainda são poucas as iniciativas para sua aplicação ao campo político - seja tomando a ação social, o discurso político ou a imagem pública como objeto de pesquisa.

Em minha dissertação em ciências sociais, *O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si* (GOMES, 1997) elaborei uma teoria da interpretação a partir de sucessivas leituras da linguagem (Signo, Símbolo, Paradigma e Arquétipo). O método consiste em quatro leituras sucessivas de um mesmo fenômeno: a primeira, objetiva e impessoal, observa e descreve o acontecimento; a segunda leitura é uma interpretação dos referentes subjetivos e pessoais; a terceira, intersubjetiva e interpessoal, contrastando diferentes interpretações do evento; e, finalmente, a última leitura, transpessoal e transubjetiva, em que o sentido experiencial da linguagem é reconcebido e resignificado. São assim três leituras determinísticas e uma última leitura prospectiva resultante da transformação criativa da situação determinada pelas três primeiras. (GOMES, 1998).

Em uma escala menor, aplicado especificamente aos discursos verbais, o método hermenêutico das quatro leituras consiste em: a) *descrição* ou situar o texto no contexto cultural da vida e da obra do autor, tanto do ponto de vista histórico como do teórico; b) *exegese* ou explicitar os pressupostos filosóficos do autor que justifiquem suas posturas teóricas; c) *análise* ou aproximar e associar idéias do autor na unidade com outras idéias relacionadas com a mesma temática; e, finalmente, d) *crítica* ou re-enunciar o texto fora de seu contexto. A crítica é uma leitura ativa de um texto, seja ele um texto escrito, visual ou sonoro; é a atividade de interpretar este texto em um sentido diferente do que é proposto pelo enunciador do discurso. É, portanto, oposto a uma leitura passiva, que aceita incondicionalmente a interpretação do que lhe está sendo dito. A crítica não tem haver com a idéia de “falar mal dos outros”, “apontar falhas, erros e equívocos alheios” ou de brandir o espírito de contradição

que a tudo nega e minimiza, sem critérios ou parâmetros¹. Porém, em um ambiente autoritário, a polêmica é vista como encenação e o crítico, como um desagradável criador de casos, jogando-se fora assim o que há de mais rico na convivência humana: o confronto das inteligências, o diálogo entre diferentes interpretações de mundo.

Ampliando esta perspectiva do discurso para um plano filosófico, defende-se a seguinte proposição: a tarefa metodológica contemporânea como uma arte de três diálogos e um monólogo. O diálogo entre as ciências humanas em torno de uma única realidade empírica como forma de combate à fragmentação do saber ou pesquisa interdisciplinar. A pesquisa intradisciplinar ou o diálogo entre as ciências de forma a evitar interpretações paradigmáticas. E, por fim, a pesquisa extradisciplinar ou o diálogo entre ciência e tradição – em que se sonha objetivamente um futuro para sociedade.

Não se trata de recortar, dividir ou separar. Muito pelo contrário: os três diálogos são eixos de uma única metamorfose do saber, são as possibilidades de intercâmbio que o discurso científico tem para sobreviver. Eles serão insuficientes caso não sejam resignificados por uma última, solitária e definitiva leitura reunificadora, um monólogo arquetípico, onde reencontrará seu espírito em uma consciência científica de si. Pois não se trata de voltar a uma situação cognitiva pré-moderna, nem de interpretar cientificamente os paradigmas tradicionais, mas de estabelecer as bases de um novo saber em que não haverá espaço para as atuais distinções entre ciência, arte, política.

2 Isto nos leva ao segundo elemento: a teoria política.

No livro *Teoria Geral da Política* (2000b), Norberto Bobbio esboça uma teoria política muito filosófica, oposta e simétrica a uma teoria geral do Direito. Entende-se a Teoria da Política como um sinônimo da disciplina “Filosofia Política” em quatro sentidos diferentes, segundo sua temática principal: a) a república ótima (o estado ideal ou a utopia social); b) a questão da legitimidade (a quem obedecer); c) a autonomia da política em relação a outras atividades humanas; e d) a epistemologia da linguagem política ou a análise crítica dos discursos políticos.

¹Do ponto de vista da análise dos discursos científicos ou teóricos, adotamos os parâmetros críticos de SEVERINO (1998): a) coerência interna da argumentação; b) validade dos argumentos apresentados; c) originalidade do tratamento dado ao problema; d) profundidade da análise do tema; e) o alcance de suas conclusões e conseqüências; f) apreciação e juízo pessoal das idéias defendidas.

É claro que existem autores que combinam duas ou mais destas temáticas: Maquiavel postula a “autonomia da política frente à moral”² e aborda a questão da legitimidade, Platão sonha com uma república ótima em que o estatuto discursivo da política seja idêntico ao da ciência. O marxismo contempla o comunismo como utopia, entende a ideologia como legitimação e discute a autonomia do político frente ao econômico. Há várias combinações possíveis, porém esta distinção temática funciona como um “mapa” capaz de esclarecer os conceitos e analisar criticamente as crenças da Filosofia Política.

Em relação à Ciência Política, cada uma das temáticas da Filosofia Política assumiria uma posição. Assim, a temática filosófica do estado ótimo por ser prescritiva vai se contrapor ao caráter descritivo da metodologia científica; já as teorias da legitimidade são descritivas e vão justamente ao encontro deste imperativo explicativo da ciência; em relação à autonomia da política, filosofia e ciência políticas vão se fundir em uma Teoria Geral da Política; e em relação à análise discursiva, a Filosofia Política vai funcionar como uma metaciência histórica, uma supervisora crítica da Ciência Política, extraindo princípios lógicos gerais de diversas comparações históricas. Bobbio considera que apesar das combinações já realizadas das quatro temáticas, as primeiras temáticas não são rigorosamente científicas: o Estado Ótimo é um projeto político; as teorias da legitimidade são, invariavelmente, contra ou a favor do poder que descrevem; a identidade entre Ciência e Política em suas diferentes versões é sempre artificial e subjetiva.

Nesta perspectiva, apenas a Filosofia Política como hiper-retórica supervisora metodológica do discurso científico sobre o discurso político, atende plenamente às três exigências da Ciência: a) é validada pela verificação; b) tem a explicação dos fatos como objetivo e c) é orientada por uma ética que pense seus próprios valores. (2000b: p. 74)

No *Dicionário da Política* (2000, BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO), há, no verbete FILOSOFIA POLÍTICA (p. 493/500), uma pequena variação deste mapa quádruplo, subdividindo-se a tarefa da filosofia de organizar uma metodologia para ciência política da tarefa de analisar a linguagem do discurso político. Em ambos os casos, no entanto, além de relegar a Ciência Política a um segundo plano (o campo da aplicabilidade de ações, da previsibilidade eleitoral, entre outras), a teoria política filosófica não leva em conta outras disciplinas conexas como Antropologia Política e Sociologia Política.

E que me desculpem Bobbio e os filósofos, mas as Ciências Sociais não precisam de uma consciência crítica externa aos seus domínios epistemológicos! Aliás, a “ética orientada para pensar criticamente os próprios valores”

²Interpretação de Bobbio da máxima “os fins justificam os meios”. (2002b: p.193)

nos avisa que a Ciência Política não pode nem deve ignorar temas prescritivos se limitando a descrição dos fatos e nos aconselha a não descartar as questões da utopia, da legitimidade do poder e da autonomia política tão rapidamente, uma vez que elas não só reaparecem nos discursos políticos analisados, como também orientam silenciosamente nossas escolhas. Mas, com base neste mapa temático da filosofia política, pode-se pensar em quatro campos analíticos de uma Teoria Política sociológica auto-referenciada: a Utopia (o sonho da sociedade perfeita e a memória de uma comunidade anterior ao Estado); o Poder (a dialética entre coerção e consenso; e este último, domesticando, através da força, o sonho da utopia e transformando-o em ideologia); a Política (o campo de Ação Social demarcado a partir das relações históricas entre a utopia e o poder); e a Retórica (o estudo científico do discurso político).

Não pretendemos aqui erigir esta teoria sociológica geral da política, mas apenas pensar a retórica do Discurso Político contemporâneo e da Imagem Pública dentro da gramática imposta pelos meios de comunicação de massa, utilizando o método hermenêutico. Mas, para chegar a uma proposta metodológica descritiva voltada para a análise do discurso político mediado; é preciso explicitar nossas interpretações sobre os temas prescritivos da filosofia política e chegar à análise científica dos discursos políticos consciente dos próprios valores.

Restam ainda dizer, algumas poucas palavras sobre a retórica, disciplina que não deve nem ser reduzida à semântica, como faz a hermenêutica de Ricoeur; nem elevada à consciência crítica da Teoria Política, como quer a filosofia de Bobbio.

Na verdade, tanto para os pensadores gregos como para os teóricos contemporâneos a retórica é uma arte e não uma teoria sistemática. Para alguns, adeptos de uma retórica-política, ela é a “arte da persuasão e do convencimento”; para outros, partidários de uma retórica-poética, a “arte do bem dizer”. Os primeiros dizem que o verossímil não pode ser mais importante que o verdadeiro; os últimos afirmam que a verdade quando mal defendida será sempre derrotada pela ignorância do senso comum; e por mais que todos concordem que tanto o discurso político como o discurso poético se inter-relacionam na arte retórica e na teoria da metáfora, não há até hoje uma palavra final sobre quem predomina nesta relação.

E este é nosso primeiro objetivo aqui: atualizar esta discussão da retórica clássica contextualizando-a de uma forma mais sociológica, centrada na Imagem Pública e nos discursos em uma dimensão audiovisual.

3 O que é Discurso Político Mediado

Atualmente, há vários tipos de estudos sobre o discurso político mediado: pesquisas sobre o efeito da propaganda eleitoral sobre a intenção de voto, análises das estratégias de marketing das campanhas em relação às demandas dos eleitores e dos adversários, discussões sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação sobre o processo eleitoral, estudos semióticos a respeito da linguagem dos meios de comunicação eletrônica, entre outros. Destacamos aqui duas abordagens: as pesquisas retóricas sobre o aspecto simbólico do discurso mediado e os estudos focados na relação recíproca entre os campos da política e da comunicação.

Murilo Cezar Soares (1995) elaborara importante estudo retórico sobre o discurso político contemporâneo, levando em conta a dicotomia entre os aspectos racional e o simbólico da linguagem e a ação da mídia sobre a atividade política. Para Soares, a argumentação e a dramatização devem ser tomadas como duas formas básicas da linguagem política e consideradas expressões de dois processos retóricos gerais, que atuam conjuntamente, mas que se fundam em princípios de naturezas distintas: o primeiro, a persuasão, cujo princípio é o convencimento da audiência através de argumentos; e o segundo, a sedução, que se estruturaria como espetáculo, em torno de personagens de um drama público.

A (...) 'representação faz parte integrante da vida cotidiana, onde o relacionamento social é montado como uma cena teatral, com seu cenário, seus adereços, suas aparências e seu script, por meio dos quais as pessoas se dirigem às platéias, exibindo uma 'fachada' pública, que nem sempre é congruente com sua privacidade'. (SOARES; 1995. p. 46)

A partir das noções de Persuasão e Sedução (entendidos como modos retóricos fundamentais do discurso político contemporâneo), e com base na noção de que o teatro é um modelo adequado para compreender a luta política na sua dimensão comunicativa, Soares utiliza consistentemente algumas categorias da análise teatral para estudar campanhas eleitorais: papel, cenário e ator social. No entanto, apesar da interessante analogia entre análise discursiva da política e teatro, os discursos audiovisuais da TV tentam menos seduzir do que representar e mais sugerir do que convencer.

No âmbito nacional, o mais completo estudo de tipo retórico sobre o discurso político contemporâneo é o livro *Transformações da política na era de comunicação de massa* (GOMES, 2002), em que se investiga os diferentes estágios da literatura científica sobre o discurso político e atitudes em relação à

Estratégias de Identificação	Persuasão	Sedução
Conteúdo Significativo	Temas	Imagens
Paradigmas de Estruturação Discursiva	Argumentação Estrutura Dialética	Dramatização Estrutura Estética
Formas de Apresentação	Ação Oratória	Encenação
Representações Sociais Correspondentes	Ideologia A Doutrina	Imaginário O Mito

mídia: inicialmente, até os anos 50, os estudos entusiasmados sobre fenômenos singulares em que a política e a comunicação se encontram (o funcionalismo de Lazarsfeld é dado como exemplo); em um segundo momento, os diferentes estudos críticos (de Adorno a Baudrillard); e, finalmente, os estudos sobre a inter-relação entre os campos da política e da comunicação.

Em relação aos diferentes pontos negativos desta pretensa mudança midiática da política, Gomes discute minuciosamente: os vários aspectos da des-ideologização do discurso político (a redução das diferenças a gostos, a imagem como inimiga do pensamento abstrato, a linguagem da TV como empecilho à polêmica argumentativa); o crescente desinteresse do público; o caráter artificial da Opinião Pública; a perda de autenticidade; a substituição dos partidos e das instituições políticas representativas pelos meios de comunicação; e a “cidadania privada”, isto é, a exclusão social em relação ao consumo e ao universo cultural da mídia. Estudando os aspectos positivos, no entanto, Gomes reconhece que o discurso político atual realmente se organiza pela gramática específica da linguagem dos meios de comunicação de massa (com ênfase na novidade, no inusitado e em padrões estéticos), produzindo uma cultura política centrada no consumo de imagens políticas, gerando novas competências políticas, como marketing político (que adapta o discurso político às preferências do público através de pesquisas) e se baseia na similitude aparente entre audiência e eleitorado (ou entre a opinião pública e o mercado consumidor).

Assim, enquanto há abordagens que enfatizam o aspecto negativo das mudanças (na verdade, o contexto social e a mídia como ator social), outras ressaltam apenas o positivo: a mídia como um campo aberto para o diálogo direto entre os atores políticos e o público. Mas, a maioria dos autores contemporâneos postula uma posição intermediária: os campos da Política e da Comunicação se interpenetram numa relação recíproca, mais ambos preservam suas especificidades; nem a política se dilui frente ao efeito da mídia, nem a mídia é um mero instrumento da política. Observando a inter-relação entre os dois campos podem-se localizar vários focos temáticos discursivos:

a) o que há de político na comunicação (o campo jornalístico); b) o que há de comunicação na política (a imagem pública e a propaganda política); c) o que há na política que está na comunicação (a negociação invisível); d) e o que há na comunicação que não está no campo político (o simbolismo aparentemente apolítico do mundo do entretenimento).

Para Gomes, a política sempre esteve associada à retórica, entendida como uma explicação discursiva de convencimento e da persuasão racional. Mas, atualmente, a política estaria se aproximando da poética e a retórica da estética orientada para a produção de representações miméticas: a narrativa e o drama.

Assim, a comunicação tornou a retórica política mais compreensiva e sedutora, sem deixar de ser persuasiva e racional. Gomes conclui que, apesar da supervalorização equivocada de sua transformação pela mídia, a “comunicação pode dispensar a política, mas a política não pode prescindir da comunicação” (2004, p. 321). Por outro lado, os meios de comunicação são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos - apenas se sobrepõem a eles. Os mecanismos de representação e legitimidade dos dois tipos de instituições são distintos. “Praticar atos que o coloquem em evidência, no centro dos acontecimentos, conseguir manter ao máximo esta visibilidade mediante o desempenho e atitude” são, segundo Wilson Gomes as “astúcias da política” (2004, p. 331).

Mas, para Gomes, os domínios da comunicação e da política são insuficientes para explicar o fenômeno da política midiática, recorrendo, então, para “perspectiva de um terceiro convidado”: o mundo dos negócios (p. 129). Esta ampliação econômica e sociológica de Gomes extrapola o âmbito discursivo da perspectiva do “duplo domínio”, permitindo ao autor abordar a questão de um ângulo mais abrangente. *Para compreender e explicar o discurso político mediado é preciso conhecer seu contexto social e as motivações estruturais dos atores e instituições.*

Outro ponto importante para compreensão do discurso político atual é seu pretense caráter espetacular. Muitos analistas consideram o caráter espetacular a principal característica do discurso mediado, afirmando que a política se transformou em show de entretenimento. Gomes vai combater as diferentes versões desta concepção de predomínio teatral do discurso político: “a política como espetáculo cênico” (GOMES, 2004, p.386), “a dramaturgia política” (2004, p. 387), “a espetacularização da política” (2004, p. 392) e o “simulacro político” (2004, p. 394).

Não podemos reproduzir aqui todos seus argumentos, porém o núcleo de

sua argumentação é que, no discurso político, seja mediado ou não, o efeito estético é um artifício do convencimento (e não da manipulação).

Para ele, o aspecto simbólico da linguagem, deve ser procurado através da definição de mito político. Na tradição da filosofia política, o mito político é considerado como a linguagem apropriada para as massas enquanto a racionalidade é adequada às elites. A narrativa mítica é uma dramatização das fórmulas e estratégias políticas. Quem entende a política atual como um espetáculo, substitui esta distinção entre elite e massas pela oposição entre bastidores e palco.

O mito se refere ao grande público e a racionalidade ao que fica fora da cena. No entanto, mesmo “entre as elites e nos bastidores”, não há política sem sentimentos nem disputa de valores. Não há racionalidade pura: sem emotividade a política perde todo seu fascínio. Miguel inclusive estuda o mito político da racionalidade no discurso de FHC em 94.

No âmbito internacional, uma das principais abordagens sociológicas sobre o aspecto simbólico do discurso político mediado, é a desenvolvida por Thompson sobre o estudo das ideologias (1995) e sobre a interpretação das mensagens dos meios de comunicação (1998). Thompson define ideologia como uma forma simbólica que está a serviço do poder, deixando claro que existem outras formas simbólicas que não cumprem este papel (formas simbólicas não-ideológicas), ou mesmo que a ideologia é apenas uma das formas de interpretação possíveis de uma determinada forma simbólica. São Jorge e o dragão, por exemplo, tanto representam a luta do bem contra o mal quanto à dominação da cultura celta pelo Império Romano.

Por entender que os processos de compreensão e de interpretação devem ser vistos não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que está no início e no final do conhecimento ao mesmo tempo, Thompson parte da compreensão imediata que se tem de uma determinada forma simbólica na vida cotidiana, depois busca construir uma concepção objetiva explicativa desta interpretação preliminar (consorciando vários métodos de análise), e finalmente reinterpreta o significado da forma simbólica. A esta metodologia geral de interpretação dos discursos dos meios de comunicação, chama-se “enfoque tríplice”. (THOMPSON: 1995; p. 355)

Inicialmente (1995, p. 366), o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e difusão das formas simbólicas. As maneiras como essas condições influenciam podem variar de acordo com a situação e o objeto pesquisado, mas Thompson propõe alguns níveis de análise: as situações de tempo e espaço em que as for-

mas simbólicas são produzidas; os campos de interação (face-a-face, interação mediada, quase interação mediada, etc); as instituições sociais (quais as organizações que produzem as formas simbólicas); a estrutura social (as classes sociais, as relações entre gêneros e outros fatores sociais permanentes) e os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens (a fixação material e a reprodutividade técnica dos sinais).

OBJETO	ETAPAS	MÉTODOS CONJUGADOS	RESULTADO
Emissor	Análise sócio-histórica da produção e transmissão	Situações espaço-temporais Campos de interação Instituições Sociais Estrutura Social Meios técnicos de transmissão	Síntese Hermenêutica
Mensagem	Análise Formal ou Discursiva	Análise semiótica Análise de conversação Análise sintática Análise narrativa Análise argumentativa	
Receptor	Análise sócio-histórica da apropriação	Interpretação das Mensagens Mapa das diferentes interpretações Re-interpretação da interpretação	

Em um segundo momento (p. 369), toma-se a forma simbólica como um texto, isto é, como uma estrutura narrativa relativamente autônoma de sua produção e de seu consumo. Neste sentido, a análise simbólica implica em uma abstração metodológica das condições sócio-históricas de produção e recepção das formas simbólicas. Thompson adota vários métodos de análise discursiva: semiótico, sintático, conversação, narrativo e argumentativo.

Finalmente (p. 375), na última fase de sua hermenêutica, Thompson leva em conta a interpretação criativa do significado das formas simbólicas em diferentes contextos de recepção, inclusive no próprio contexto do analista/enunciador da interpretação. O estudo analógico dos diferentes contextos de recepção demonstra que por mais rigorosos que sejam os métodos e técnicas analíticas, eles não podem abolir a liberdade de interpretação dos públicos e das situações em que se encontram inseridos.

Thompson utiliza a hermenêutica não como uma alternativa aos outros métodos de análise de formas simbólicas e ideológicas já existentes, mas sim como um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e correlacionados entre si. Mas, há uma diferença marcante entre a hermenêutica clássica e a de Thompson. Os hermeneutas

clássicos dão mais ênfase ao “texto”, isto é, ao significado intrínseco das mensagens, do que às condições de enunciação e de apropriação deste sentido. E por ser sociólogo, para Thompson, a “autonomia semântica das mensagens” (e sua análise independente dos interlocutores) é secundária diante dos contextos sócio-históricos de transmissão e recepção.

Aliás, para Ricoeur, “o texto”, “a ação social” e “a imagem” são equivalentes e o mesmo procedimento metodológico para interpretação de uma mensagem discursiva podem também ser utilizados para compreender e explicar uma ação social específica ou uma determinada imagem. Ao enfatizar os contextos sócio-históricos de transmissão e recepção, Thompson não está apenas ampliando o alcance discursivo da hermenêutica, mas também adaptando sociologicamente a teoria da interpretação para a interação social dentro do contexto dos meios de comunicação de massa.

E, finalmente, Imagem Pública

Desde o Império Romano se sabe que à mulher de Cezar não basta ser honesta, ela deve parecer honesta também³, pois a Imagem Pública dos governantes e de seus familiares diretos tem um papel fundamental na vida política. Maquiavel, no famoso capítulo de *O Príncipe* (2004) sobre se mais vale ser amado que temido ou se é melhor ser temido que amando, estabelece, pela primeira vez, a idéia de que a Imagem Pública é um instrumento de legitimação do poder e deve ser combinada com o uso da força.

Hoje se tornou lugar comum entender que a disputa política se converteu, em grande parte, em uma competição por visibilidade na mídia, pela imposição da Imagem Pública dos atores políticos e de seus interesses. Os eleitores não votariam mais em programas, idéias ou propostas; votariam nas Imagens Públicas formadas qualidades pessoais e simbólicas dos candidatos. E até mesmo os eleitores mais sofisticados e menos vulneráveis ao personalismo da linguagem da mídia votam de acordo com a Imagem Pública partidária ou do grupo político e dos interesses que representa.

Thompson (1998: p. 192) usa o exemplo da infidelidade imaginária de uma fã (que faz amor com o marido pensando em seu ídolo) para definir a categoria de “*intimidade não-recíproca à distância*” (que chamamos de Imagem Pública ou simplesmente “Imagem Pública”). Hoje, com a ampliação na formação de nossa identidade cultural para além dos limites geográficos imediatos, habitamos um mundo trans-presencial constituído indistintamente tanto de objetos imediatos como de Imagens Públicas distantes e indiferentes

³Quando Julio César estava no Egito com Cleópatra, o senado romano exigia a presença de sua esposa legítima nas festas e cerimônias desacompanhada, como prova de fidelidade ao marido ausente. Tal fato deu origem ao ditado popular atribuído a Cícero: “à mulher de César não basta ser honesta, mas deve também parecer honesta”.

às nossas ações. A comunicação mediada globalizada tornou o processo de autoformação dos indivíduos muito mais aberto e reflexivo que na relação face a face.

Por outro lado, o mundo das Imagens Públicas não somente enriquece e transforma o processo de formação do Self, mas também troca da experiência vivida pela experiência mediada, gerando uma situação antes inexistente. O surgimento desta relação de intimidade não recíproca à distância passou a ter mais relevância do ponto de vista artístico, desportivo e político (como o advento de diferentes galerias de estrelas e ídolos) do que do ponto de vista religioso, embora o comportamento do fã da cultura de massas seja essencialmente o mesmo do fanático religioso em um ambiente mediado.

Por isso, esta nova experiência do Self em um mundo mediado aponta para uma nova ancoragem das tradições. Thompson considera equivocada tanto a tese de que a cultura moderna e a ciência superaram definitivamente as tradições como a idéia de que a modernidade e a ciência são apenas tradições contemporâneas que não se reconhecem enquanto tal. Há um terceiro ponto de vista, em que o saber tradicional se modificou com a comunicação mediada, mas que ainda sobrevive na vida moderna através de várias formas simbólicas.

Para demonstrar seu ponto de vista, Thompson faz uma distinção operacional em quatro aspectos da tradição: hermenêutico, normativo do cotidiano, legitimador do poder e identificador cultural. No aspecto hermenêutico, a tradição é uma estrutura de interpretação. Assim, podemos dizer que a ciência é uma tradição de interpretar os acontecimentos como fatos objetivos. Já no aspecto normativo, a tradição é um sistema de normas que orienta a Ação Social segundo o passado. De forma que as rotinas produzem a história e a história produz as rotinas cotidianas. No aspecto legitimador, a tradição é também ideologia que autoriza o exercício do poder. Weber crê no desencantamento do mundo, isto que a secularização das formas simbólicas tem como consequência um declínio da legitimidade tradicional e o predomínio da legitimidade legal (através de leis e regras) e da legitimidade carismática (através da personalidade e do magnetismo pessoal dos líderes). E no aspecto de identificador, a tradição é ainda um fator cultural de auto-formação de identidade coletiva e individual, do Self de um determinado grupo ou região.

A tese de Thompson é que a globalização acabou com os aspectos Normativo e Legitimador das tradições, mas os aspectos Hermenêutico e Identificador Cultural permanecem vivos na cultura moderna. (THOMPSON: 1998; p. 165) Assim, houve um desenraizamento do local, uma desritualização do cotidiano e uma despersonalização da autoridade tradicional e carismática. E desta

despersonalização presencial da autoridade, surgiu uma re-personalização mediada: *a intimidade não-recíproca à distância*. (p. 181)

Outra característica atual importante na formação das Imagens Públicas é a hipervisibilidade ou dupla publicidade. Um acontecimento era público porque era presenciado por um grande número de pessoas; agora, um evento é considerado público quando é tornado visível através da mídia, mesmo que com pequena participação presencial. Thompson cita discretamente Bobbio, mas repete quase que integralmente suas idéias sobre a duplicidade de sentido do termo “Público” (1998; p. 110).

Tanto atletas como artistas ganham visibilidade e se tornam Imagens Públicas em processos complexos devido às qualidades nas atividades que desempenham, mesmo que apoiados pela mídia. O caso dos políticos é mais artificial e interessante, pois até mesmo a capacidade de argumentação retórica nos remete antes a um julgamento político de opinião pública do que nas Imagens Públicas legitimamente construídas por desempenho. Por isso, consideramos o espaço eleitoral como um momento privilegiado para o estudo da fabricação e destruição das Imagens Públicas.

No Brasil, *Wilson Gomes* (2004: p.239) é um dos principais pensadores da noção de Imagem Pública aplicada especificamente à política. Para ele, a disputa política contemporânea se converteu em uma luta pela imposição das Imagens Públicas de políticos. A Imagem Pública, no entanto, é de natureza conceitual e não visual. Ela é uma sobreposição de imagens semióticas com a imaginação cognitiva.

Para Semiótica, a imagem é um suporte discursivo, uma representação visual de um objeto (a imagem pictórica). Isto é, ela é dotada de sentido, é uma mensagem codificada e decodificada de alguém para alguém. Na semiologia européia, devido a influência da lingüística estruturalista centrada no signo verbal, a imagem foi reduzida ao “significante”, só se constituindo como signo em si com os estudos mais recentes. No lado americano, a semiótica de Pierce se mostrou bem mais fértil em relação à imagem tomada como signo, rendendo vários estudos e abordagens diferentes. Contra todas essas abordagens, no entanto, pesa o fato de que não existe um código para as imagens (há no máximo uma sintaxe da linguagem visual) ou se existe, ele não explica a universalidade inata da representação pictórica sobre a diversidade cultural.

Aliás, a espontaneidade da representação visual e a universalidade das imagens psíquicas ainda se constituem em uma barreira epistemológica intransponível para a lingüística. Já para a psicologia cognitiva as imagens são representações mentais sintéticas. E para Análise do Discurso há um curioso meio termo: as imagens são os significantes que sustentam a produção do

discurso verbal⁴. Assim, além das 'imagens semióticas', temos também 'as imagens cognitivas'.

Mas, a Imagem Pública é uma terceira categoria. Ela é um "fato social" enunciada por mecanismos sócio-lingüísticos e precisa ser vista a partir de uma conjunção de enfoques. Outra contribuição importante para entender a imagem como suporte discursivo é a história da representação visual da *Mid-iologia* de Regis Debray (1998). Para ele, a imagem, na Antiguidade e na Idade Média, representava um mundo invisível e sagrado; a partir do Renascimento e da perspectiva do ponto de fuga, a imagem moderna passou a representar o mundo visível com objetividade, se tornou uma figuração da realidade sensorial; e agora vivemos um momento em que a imagem publicitária instaura uma representação mista da realidade visível e o inconsciente. Debray, no entanto, não discute a relação da representação pictórica com a representação conceitual (levantada pela semiologia europeia) nem explica porque a imagem publicitária independe de suporte material, ou seja: porque a Imagem Pública não é uma imagem de verdade, é apenas uma metáfora da imagem, uma representação analógica da representação pictórica.

Na psicologia cognitiva, a representação pictórica desempenha um papel fundamental nos processos mentais ao lado do cálculo das proposições e dos predicados do pensamento. Na verdade, a dialética irreconciliável entre palavra e imagem remonta aos filósofos gregos e chega até a atual neurociência sem que um termo consiga englobar o outro. Durante o império da escrita e da representação objetiva do universo, pensou-se que a palavra se sobrepunha à imagem; com a chegada eletrônica do audiovisual e um retorno do observador da representação ao mundo, muitos defenderam (e ainda defendem) a primazia da representação cognitiva pictórica ao "cálculo proposicional (e de seus predicados)" ou simplesmente que "uma imagem vale por mil palavras". Porém se por um lado, sabemos que a representação pictórica faz parte do pensamento e que este não é apenas uma descrição verbal, mas também um processo cognitivo de associação de imagens; por outro lado, sabemos também que o conteúdo proposicional do pensamento é que faz a dupla cognição humana ser tão singular e que as percepções pictóricas podem ser simuladas por processos computacionais através de uma lista de instruções algorítmicas (PINKER: 1998).

⁴Em um telefonema, por exemplo: Qual imagem o locutor faz do ouvinte? Qual imagem o locutor pensa que o ouvinte faz dele? Que imagem o locutor faz da referência? Que imagem o locutor pensa que o ouvinte faz da referência? Qual imagem o ouvinte faz do locutor? Qual imagem a ouvinte pensa que o locutor faz de si? Que imagem o ouvinte faz do mundo? Que imagem o locutor faz do mundo?

Ao contrário da concepção semiótica e midiológica da imagem como um suporte discursivo, a noção de imagem como percepção, ou melhor, como parte do processo cognitivo é uma representação subjetiva (a imaginação), mas também não corresponde ao que se chama “Imagem Pública – porque não é fabricado, produzido artificialmente segundo critério previamente planejado. De forma, que a noção de Imagem Pública se distingue da Imagem-suporte porque não possui materialidade específica e se diferencia da Imagem-percepção porque não é espontânea e involuntária. Mas, para se constituir enquanto tal, a Imagem Pública precisa da combinar as imagens semióticas materiais veiculadas pela mídia às imagens psíquicas elaboradas pelo público em geral.

Maria Helena Weber (RUBIM, 2004: 262) define a noção de Imagem Pública como uma sobreposição das noções de imagem semiótica e cognitiva, ampliando (involuntariamente) a proposição de Régis Debray de que a imagem publicitária combina o visível e a imaginação invisível:

“A Imagem Pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na síntese de imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

A Imagem Pública, então, é uma estratégia que implica em três elementos distintos: o conceito-imagem, a imaginação e o visível. E cada um desses elementos corresponde a um nível de participação discursiva na elaboração da Imagem Pública (o ator, o diretor e o público) e pode também ser vista de modo dinâmico e integrado, como uma função estrutural presente em todos os momentos e em cada parte.

4 A título de conclusão

Aqui se revisou a noção de hermenêutica, das antigas leituras bíblicas aos estudos interpretativos sobre o simbolismo das narrativas míticas; se colocou a relação atual entre o discurso político e a retórica da mídia; e, finalmente, se definiu a noção de Imagem Pública como uma tripla interação interpretativa da transmissão, da linguagem e dos seus diferentes receptores. E este modelo tríplice, inspirado em Thompson, Soares e Wilson Gomes, foi aplicado em minha pesquisa empírica de doutorado em Ciências Sociais, *Decifra-me ou te devorarei – a Imagem Pública de Lula no Horário Eleitoral nas quatro campanhas presidenciais* (GOMES, 2006).⁵

⁵ O artigo “A imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras (1989/2002)”, publicado pela BOCC <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-lula.pdf> resume a tese de

5 Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. *Teoria Geral da Política*. Brasília: Editora da UnB, 2000b.
- BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário da Política*, Brasília: Editora da Unb, 2000c.
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem – um olhar sobre o ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos Sonhos*. In Obras Completas. Volume IV. São Paulo: Imago, 1990.
- GOMES, M. B. *O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si*. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- _____. *Hermenêutica e os erros de interpretação*. Artigo na Revista Vivência p.05-18. Natal: UFRN, v.12, n.jul/dez, 1998.
- _____. *Um mapa, uma bússola – hipertexto, complexidade e eneagrama*. Rio de Janeiro: Editora Mileto, 2001.
- _____. *Decifra-me ou te devorarei – A imagem pública de Lula no horário eleitoral em 1989, 1994, 1998 e 2002*. Natal, EDFURN: 2006.
- GOMES, Wilson. *Transformação da Política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- JASMIM, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 20 n.º. 57 fevereiro/2005
- MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Forense, 1997.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e Discurso Político - uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, 2000.
- _____. doutorado. A pesquisa - com clipes e vídeos comentados dos melhores momentos dos horários eleitorais das campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002 - pode ser vista em: <http://www.cchla.ufrn.br/quatrovezeslulala>

- PINKER, S. *Como a Mente Funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RICOEUR, Paul. *O Conflito das Interpretações*, ensaios de hermenêutica. Lisboa: Rés Editora, 1988.
- _____. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 20ª Edição (revista e aumentada) São Paulo: Cortez, 1998.
- SOARES, Murilo César. *Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão*. 1995 (Tese de doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEBER, Maria Helena. *A Imagem Pública*. 2004. In: RUBIM, Albino; *Comunicação e Política – conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004b; p. 262.